

SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais **CUT**

FRUTAL AMEAÇA CONCESSÃO



A Prefeitura de Frutal decidiu romper o contrato de concessão com a Copasa, obrigando a empresa a ingressar na Justiça. Além do prejuízo à população, os trabalhadores foram penalizados com transferência do distrito. **Páginas 4 e 5**

Boletim produzido pelo Sindicato distribuído à população

Luta contra a terceirização

Ações do Ministério Público do Trabalho estão alcançando bons resultados em várias empresas.

As terceirizações irregulares são crime e estão sendo impedidas

Página 6

Produtividade discutida na DRT

A Delegacia Regional do Trabalho intermediará, no próximo dia 1º de outubro, uma reunião entre o Sindicato e a Copasa para definir uma posição sobre o pagamento da produtividade de 2006. **Página 3**

Direito à saúde só na justiça

A empresa continua irredutível às insistentes iniciativas do Sindágua de reverter a posição da empresa e garantir o atendimento à saúde de aposentados e afastados por doença. **Página 6**

Guterres: uma história de lutas

Nos despedimos há pouco mais de uma semana do nosso saudoso companheiro Lúcio Guterres, presidente da CUT-MG.

Lúcio nos deu um exemplo de que a luta de um sindicalista "não tem pátria". Estava presente em todos os cantos onde se desenvolvia uma mobilização. Com sua voz grave e grande capacidade nos argumentos, encantava e estimulava os companheiros a seguirem firmes nos movimentos reivindicatórios, se empenhando nos caminhões de som, nas articulações políticas e nos processos de negociação. Todos os companhei-



ros da Copasa, se lembram da sua importante participação de apoio ao SINDÁGUA.

A última batalha na vida de Lúcio foi encerrada no último dia 2 de setembro, enfrentada com a mes-

ma fibra e desprendimento, envolvendo vários companheiros em uma campanha de doações de medula, senão para ele, mas para tantos envolvidos em verdadeiras batalhas pela saúde.

O homem, que construiu sua história na luta, nos deixou da maneira mais sóbria, com a mesma simplicidade, nada acumulando para si próprio, sendo respeitado por todos exatamente pela seu empenho nas causas coletivas, agindo humanamente com alegria, incorruptivo e respeitado. Um exemplo de sindicalista no qual devemos nos espelhar.

Lula reconhece as centrais

O presidente Lula enviou ao Congresso Nacional, em regime de urgência, um projeto de lei que reconhece no País as centrais sindicais. As centrais reconhecidas passarão a receber o valor de 10% do desconto da Contribuição Sindical, diminuindo pela metade os 20% até agora descontados em favor do Ministério do Trabalho e Emprego.

O fim da ditadura contra a organização dos trabalhadores em sindicatos deu um passo histórico com o gesto do presidente, que resgata um dos maiores compromissos assumidos com a classe trabalhadora. Após sobreviver ao terror verde oliva e sonhos da "unidade" dos trabalhadores manifestados em



tantos congressos "Pro-CUT", depois de 20 anos de abertas as portas para a democratização do País. Só agora o governo reconhece a importância das centrais na realização de negociações e mobilizações de categorias profissionais, representando os trabalhadores na defesa de direitos coletivos e sociais.

Com a aprovação do projeto, as centrais passam a representar "legalmente" os trabalhadores na Justiça.

Injustiça corrigida

Os trabalhadores demonstraram no último mês, mas uma vez, o seu alto grau de solidariedade e de responsabilidade em buscar da direção da empresa a melhor compreensão sobre um problema que poderia penalizar uma companheira do setor financeiro da Copasa. Vários apelos foram feitos à direção da empresa, para que fosse realizada uma avaliação criteriosa sobre os fatores que poderiam ter facilitado um erro, que, de forma nenhuma, feria a reputação financeira e operacional da Copasa. O fato serve até mesmo como uma avaliação de brechas no sistema informatizado da empresa e que deveria se buscado, de imediato, o seu aperfeiçoamento, dotando-o de todos os filtros e mecanismos de segurança necessários, de forma que o programa só autorize a conclusão de operações permitidas, eliminando 100% das possibilidades de erros.

Todo o processo, acompanhado com interesse pelos trabalhadores, foi tratado pela direção da empresa com rigor e desprendimento, culminando com a decisão, autorizada pelo presidente Márcio Nunes, de preservar a trabalhadora e de aperfeiçoar mecanismos automatizados de administração.

O SINDÁGUA-MG, de público, cumprimenta a decisão tomada pela direção da empresa, entendendo este gesto como uma demonstração inequívoca de uma postura cercada de toda responsabilidade, justiça e sensibilidade com os interesses da empresa e também com a vida dos trabalhadores que a constróem.

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Nicolau - **Ilustração:** Lute **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarc

Rua Congonhas, 518 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224
CEP: 30330-100 — Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: imprensa@sindagua.com.br

Copasa cancela demissão de aposentados

Trabalhadores que passaram a receber aposentadoria pelo INSS e que continuam em atividade até alcançar o tempo para a complementação pela Previminas tomaram um grande susto

A Copasa voltou atrás em sua decisão de demitir trabalhadores que já haviam recebido a confirmação de aposentadoria através do INSS. Os companheiros que tinham, inclusive, feito o acerto rescisório, receberam comunicado da empresa para que retornassem ao trabalho no dia 20 de agosto.

Em sua medida inicial, a direção da empresa havia desconsiderado a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 16 de agosto de 2005, que altera o artigo 453 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), deixando de caracterizar a aposentadoria como uma das causas da extinção do contrato de trabalho.

Mesmo com a decisão do STF, a direção da Copasa, resolveu, inicialmente, demitir todos os trabalhadores que tinham requerido sua aposentadoria junto ao INSS e que continuavam

desempenhando suas atividades profissionais na empresa, por não terem atingido a idade mínima de 58 anos para terem direito de receber a aposentadoria complementar pela Previminas. Tal decisão, poderia prejudicar severamente esses trabalhadores, que seriam penalizados por uma mudança da política da empresa, sem qualquer aviso prévio.

Caso os trabalhadores soubessem dessa intenção da Copasa, poderiam tomar uma posição diferenciada, antes de requererem sua aposentadoria pelo INSS. Ao longo dos anos, a empresa vem respeitando o direito dos trabalhadores, resguardando as condições justas, sobretudo para os companheiros prestes a se aposentar. Esse cuidado da empresa sempre foi tão evidente que a Copasa chegou até mesmo a editar um Programa de Antecipação de Aposentadoria Voluntária (PAAV), indenizando

trabalhadores com o restante dos pagamentos de contribuições à Previminas.

O pânico gerado pela medida recente, felizmente cancelada, trataria trabalhadores com o mesmo direito de forma desigual, injustamente quebrando um postura administrativa de respeitar a isonomia de tratamento, prejudicando trabalhadores aposentados pelo INSS e dificultando o acesso destes companheiros aos benefícios da Previminas.

O SINDÁGUA encaminhou ofício ao diretor de gestão corporativa, Gelton Palmiere Abud, apelando para a sensibilidade da direção da empresa no sentido de reverter a medida. Ainda bem que o erro foi evitado e não foram penalizados aqueles companheiros que dedicaram grande parte da sua vida profissional à Copasa.

Pelo direito à produtividade

Sindicatos vão à DRT contra a Copasa por descumprir acordo

O SINDÁGUA, Senge e Saemg encaminharam ofício conjunto ao delegado regional do trabalho, Osman Miranda de Sales, solicitando a marcação de uma reunião entre as entidades e a Copasa “em razão do descumprimento de cláusula de acordo sindical para apuração e pagamento de ganhos de produtividade aos trabalhadores”.

No ofício de 17 de agosto, lembram à Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG) onde foi homologado o acordo coletivo de trabalho, que “após várias reuniões, cumprindo o cronograma definido pelo acordo (90 dias), os representantes das comissões

elaboraram um documento, contendo sugestões e recomendações a serem submetidas à direção da empresa, visando negociação com os sindicatos”. A surpresa veio, no entanto, no dia 27 de abril de 2007, quando “a empresa deu interpretação diversa das definições realizadas pela comissão paritária e submeteu um regulamento à aprovação do Conselho de Administração da Copasa, sem que fosse negociado com os sindicatos e nem submetidos às assembleias dos trabalhadores”. As entidades lembram ainda que procuraram a direção da empresa por diversas vezes para negociação, encaminhando, inclusive, um estu-

do do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), em que são demonstradas as incorreções de interpretações da Copasa na apuração dos índices de produtividade relativos a 2006. Sendo infrutíferos os esforços das entidades na busca do diálogo com a direção da empresa, o ofício apela para a intervenção da DRT-MG de forma a garantir o cumprimento da cláusula 3ª do ACT 2006/2008, apurando os índices de produtividade a que a categoria tem direito acordado, a audiência está agendada para o dia 1º de outubro, às 10 horas, na sede da delegacia regional.

Frutal rompe concessão à Copasa

A direção do SINDÁGUA se reuniu no último dia 2 de agosto com a prefeita de Frutal, Maria Cecília Marchi Borges, para discutir o ato do executivo municipal de retomar da Copasa a concessão dos serviços de saneamento a partir do dia 27 de agosto.

A medida da prefeita causou grande preocupação em todos os trabalhadores, que apelaram imediatamente ao SINDÁGUA para esclarecer a legalidade do ato e as providências que poderiam garantir os direitos e a proteção dos companheiros lotados naquele distrito.

Segundo informações da prefeita, a direção da Copasa estaria se mostrando insensível à discussão dos problemas apontados pela população de Frutal, sobretudo, quanto às reclamações dos valores das tarifas praticadas no serviços de saneamento.

A direção da empresa contestou judicialmente o ato da prefeita, através de uma liminar, pelo fato de existir um contrato assinado entre a empresa e o Executivo Municipal que deve ser resguardado e respeitado. O Sindicato, no entanto, manifestou sua preocupação com a regularidade dos serviços no município e o clima ruim construído para os trabalhadores, repetindo a mesma situação caótica vivida em Almenara, onde o ex-prefeito municipal decidiu encampar os serviços da



José Maria fala aos trabalhadores no Distrito

Copasa “na marra”. Este não é o caso de Frutal, com um desentendimento que acontece de forma civilizada e que, com um pouquinho de esforço de uma das partes, pode evitar o desgaste que prejudique a Copasa, o Governo do Estado, os trabalhadores e, principalmente, a população de toda a região.



Diretoria do SINDÁGUA reunida em Frutal

As lutas da atual diretoria do SINDÁGUA MG não se resumem às campanhas salariais. Isso pode ser comprovado nos assuntos que são tratados pelos diretores diariamente e também nas pautas das reuniões da diretoria plena.

Na última reunião, realizada nos dias 2 e 3 de agosto na cidade de Frutal, foram discutidas várias demandas da categoria, inclusive, a possibilidade de cancelamento da concessão no município. Os diretores se reuniram com os trabalhadores do escritório local e encarregados de sistema para conversar sobre essa ameaça e criou-se um grupo de trabalho para esclarecer a sociedade sobre o assunto e divulgar a importância do saneamento de qualidade para a população. Depois disso, uma comissão do sindicato foi ao encontro da Prefeita Maria Cecília Marchi Borges.

Durante os dois dias, foram debatidas questões referentes à produtividade, GADVI, negociações do plano de saúde, Previminas, horas extras, venda de ações da Copasa pela Prefeitura de Belo Horizonte, 3º Contsemg, Encontro Nacional da FNU/CUT, criação do Coletivo de Juventude, Copas-

nor e a taxa de fortalecimento, que se faz cada vez mais necessária diante das crescentes demandas a serem enfrentadas pelo sindicato.

Sindicalistas debatem a terceirização – A reunião de Frutal contou ainda com a presença de diretores do Sindágua do Distrito Federal, Marcelo C. Guimarães, da Secretaria de Assuntos Jurídico e Trabalhista, e Luiz Carlos de J. Tavares, da Secretaria de Formação Sindical e Cultural. Os sindicalistas falaram sobre a luta enfrentada pelos trabalhadores em saneamento contra a terceirização em Brasília, deixando claro que as vitórias nessa área só são conquistadas com mobilização e unidade de toda a categoria.

Além da palestra sobre a terceirização, a Técnica em Enfermagem da prefeitura de Frutal, Patrícia Azevedo do Carmo, fez uma palestra focada na saúde da mulher. A enfermeira explicou como funciona o atendimento e os programas específicos para as mulheres, além de esclarecer as dúvidas das participantes sobre exames preventivos e os direitos da mulher na área da saúde.



A praga da terceirização começa a ser atacada

A Cemig assinou com o Sindieleiro MG um acordo para acabar com a terceirização de atitudes-fim da empresa, depois de severas denúncias ao Ministério Público do Trabalho (MPT). O mesmo vem acontecendo, com denúncias apuradas pelo MPT da Bahia, exigindo da Casb mudanças na política de contratações, para que a empresa cumpra a exigência da realização de concursos públicos.

A própria iniciativa privada vem minimizando a ação das

empreiteiras. O acordo assinado na semana passada entre a Usiminas e o Sindipa, com o aval do próprio ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, estende para todos os funcionários de empresas terceirizadas os direitos estabelecidos para os trabalhadores da usina, sobretudo no atendimento à saúde.

Na Copasa, as discussões sobre terceirização sempre foram um grande tabu, que deverá ser quebrado também por ação do Ministério Público do Traba-

lho. Uma grande lista de empreiteiras se viram obrigadas a fornecer nomes e descrever as atividades prestadas em seus serviços à Copasa. O resultado das averiguações não poderia ser outro: estavam desempenhando atividades consideradas objetivo fim da Copasa. As investigações continuam e foi solicitado pelo Ministério Público o apoio dos sindicatos (SINDÁGUA, Senge e Saemg) no levantamento das informações.

Perícia investiga reajuste na Previminas

Os trabalhadores esperam com ansiedade a perícia realizada nas contas da Previminas, por decisão de juiz da 6ª Vara da Justiça, para que sejam investigados os documentos da Fundação, conferindo o cálculo atuarial e as condições que motivariam o reajuste de 37% nas contribuições.

Pela decisão judicial, em função de avaliação de questões técnicas complexas, o juiz determinou a nomeação de um perito, que avaliará todas as documentações e procedimentos adotados sobre condições as atuariais investigadas e apresentará seu parecer. Um outro perito assistente, indicado pelos sindicatos que representam os participantes na Previminas, fará o mesmo trabalho de levantamento de dados e diagnósticos. As entidades sindicais apresentaram também os quesitos a serem investigados pelos peritos.

A decisão judicial será baseada nos relatórios finais do perito indicado pela Justiça e pelo perito assistente.

Aposentado continua penalizado

As idas e vindas para tentarmos uma solução negociada com a empresa estão esgotando o resto de saúde dos companheiros. A quase totalidade pressiona para que todos os processos sejam encaminhados à Justiça, que vem contemplando o direito dos trabalhadores.

Estuda-se também ações pesadas contra a empresa e todos fazem uma previsão severa: se um companheiro vier a falecer por falta de assistência, deveremos responsabilizar criminalmente quem impede a assistência à saúde dos afastados por doença.



Trabalhador queria se matar

O desespero dos trabalhadores aposentados e afastados por doença contra a medida tomada pela empresa em cortar a assistência à saúde está chegando a um limite de alto risco. Há poucos dias, no Sindicato, um trabalhador seriamente doente e sem conseguir encaminhar atendimento médico fez uma ameaça dramática: avisou que pensava em dar um tiro na cabeça.

Aécio lança a copasinha do Norte e Nordeste de Minas

Para realizar o lançamento da Copanor – Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas – em grande estilo, o governador Aécio Neves levou, no último dia 9, uma grande comitiva a Teófilo Otoni, para onde foi transferido simbolicamente o Governo de Minas durante o evento. Secretários de Estado, diretores de empresas estatais, deputados, prefeitos e empresários da região compareceram em massa para ver o nascimento da copasinha.

Não faltaram elogios para a iniciativa do governador e nem para suas “meninas dos olhos”, Copasa e Copanor. “Mãe e filha” têm muito em comum e as semelhanças não param no design da logomarca e na área de atuação. O presidente, os superintendentes e diretores da Copanor são, e – pelo visto – continuarão sendo, funcionários da Copasa, com salários e benefícios pagos pela empresa-mãe. Dos 92 municípios integrantes do projeto Vida no Vale, a Copasa já é responsável pelo fornecimento de água de 76 deles. Até que a copasinha tenha condições de caminhar sozinha, os serviços continuarão sendo realizados pelos trabalhadores da Copasa, com os seus equipamentos e em suas dependências. Ao que parece, será difícil vislumbrar, a médio prazo, onde começa uma e termina a outra, muito menos, quando a população começará a usufruir dos ser-



viços e tarifas diferenciadas.

Mas antes mesmo da copasinha ter condições de começar a engatinhar, as relações políticas já estão sendo acertadas. O lançamento da Copanor foi além das solenidades e formalidades oficiais, a data marcou a assinatura de contratos de intenção e também de cooperação entre prefeitos e a nova empresa de saneamento mineira.

A copasinha já nasce grande, durante o evento, 92 municípios já sinalizaram que farão parte da Copanor e assinaram o contrato de gestão dos serviços de saneamento para 613 localidades – entre aglomerados e comunidades rurais – das bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu, o que representa o atendimento de cer-

ca de 390 mil habitantes e investimentos de R\$ 545 milhões.

Resta saber como as duas empresas resolverão algumas questões, como: a transferência dos bens ativos da Copasa para a Copanor nas regiões de atuação comum; o ressarcimento dos salários dos empregados e equipamentos da Copasa que estão sendo “emprestados” para a copasinha; a aprovação da população em audiência pública, como prevê a Lei 16.698/2007, de tarifas diferenciadas entre as sedes municipais e as demais localidades do município. Pelo visto, muita água ainda irá rolar embaixo da ponte “mãe-filha” até que as comunidades carentes possam ter acesso aos serviços de tratamento de água e coleta de esgoto a tarifas mais baixas.

Copanor é apresentada ao SINDÁGUA

No dia 22 de agosto, o SINDÁGUA MG foi apresentado oficialmente à Copanor – Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Antônio Ivam, Paulo Fenandes e Rogério Paiva, trabalhadores da Copasa e, atualmente, cedidos à subsidiária, se reuniram com a diretoria do SINDÁGUA MG na sede do sindicato e apresentaram a estratégia de atuação da nova empresa.

Os responsáveis pela estruturação da Copanor responderam aos questionamentos dos dirigentes sindicais e garantiram que a Copasa se reunirá com o sindicato para definir a situação dos trabalhadores lotados nos distritos onde a subsidiária irá atuar – localidades com até 5 mil habitantes. As mudanças devem acontecer a partir do próximo ano, pois ainda não foi feita a estruturação da Copanor, que deve implantar a sua sede administrativa ainda no mês de setembro, na cidade de Teófilo Otoni.



SINDÁGUA elege delegados nas conferências das cidades



As conferências municipais e regionais preparatórias para a 3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais já foram realizadas e elegeram os delegados que representarão o poder público e a sociedade civil no evento estadual.

O SINDÁGUA-MG tem participado ativamente das conferências, inclusive, fazendo parte da comissão organizadora de algumas delas. Na Conferência Municipal de Belo Horizonte, realizada no dia 7 de julho, foram eleitos os seguintes representantes do sindicato para a conferência estadual: Ângela Maria Fernandes da Cruz, Rita de Cácia Senesi e Luiz Antônio Torres dos Santos e os suplentes Carlos Roberto Florêncio e João Batista Filho. O diretor Gilberto dos Santos foi eleito delegado na Conferência Municipal de Ribeirão das Neves e Rogério Lourenzoni pela Conferência Municipal de Três Corações.

Já os diretores José Geraldo Nas-

cimento e Rogério Matos de Araújo são delegados natos por estarem na organização da 3ª Conferência das Cidades de Minas Gerais, que será realizada de 17 a 19 de setembro de 2007, no Sesc de Venda Nova.

Temas e objetivos – A terceira edição da Conferência das Cidades mineira tem como temas “A Política de Desenvolvimento Urbano e as intervenções nas cidades”, “Capacidade e forma de gestão das cidades” e “*Avançando na Gestão Democrática das Cidades*” e seus objetivos são:

- avançar na construção da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano;
- propor diretrizes para as políticas estadual e nacional voltadas para o desenvolvimento das cidades;
- indicar prioridades de atuação à Secretaria de Estado de Desenvolvi-

to Regional e Política Urbana e ao Ministério das Cidades;

- eleger os 122 delegados que deverão representar o Estado de Minas Gerais na 3ª Conferência Nacional das Cidades;
- realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª e 2ª Conferências das Cidades de Minas Gerais;
- eleger os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.

Na conferência estadual serão avaliados e consolidados os diagnósticos apresentados pelas conferências municipais ou regionais de todo o Estado, para o encaminhamento à 3ª Conferência Nacional das Cidades, de 25 a 29 de novembro, em Brasília, além de serem escolhidos os 122 representantes de Minas para o encontro nacional.

Delegados eleitos: Ângela Maria Fernandes da Cruz, Antônio Domingos Saldanha, Carlos Roberto Florêncio, Gercianisio Almeida Damasceno, Gilberto dos Santos, João Batista Filho, José Geraldo do Nascimento, José Maria dos Santos, Luiz Antônio Torres dos Santos, Márcio Machado de Aguiar, Rita de Cácia Maciel Gomes Senesi, Rogério Matos de Araújo, Wanderley Miranda da Silva, Welinton Rais da Silva e Ubiraélio Teixeira Magalhães.

Tramita na ALMG o Projeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico

Apesar do Conselho Estadual de Saneamento Básico (Cesb) constar no artigo 192 da Constituição mineira há mais doze anos, só agora foi apresentado o Projeto de Lei para criá-lo. O PL 1416/07 tramita desde o dia 17 de julho na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, mas a matéria ainda não teve a merecida atenção dos parlamentares e, até o momento, o projeto não recebeu o parecer das comissões.

A criação do Conselho Estadual de Saneamento Básico abre o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, pois tem a função de elabo-

rar, conjuntamente, as diretrizes para a política de saneamento do estado, colaborar com a formulação do Plano Estadual de Saneamento Básico e acompanhar a execução dos projetos. O objetivo é promover a ampliação dos serviços e a regionalização da gestão de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece o marco regulatório para o saneamento nacional.

As competências do Conselho e sua composição estão previstas no Projeto de Lei 1416, já estando garantida uma vaga para o SINDÁGUA MG e também para a Frente Estadual de

Saneamento Ambiental (Fesa). Porém, as entidades defendem que é preciso garantir a paridade entre os representantes do governo e da sociedade, de forma que a interação dos diversos órgãos envolvidos com o saneamento possa sanar os problemas e promover a universalização dos serviços de tratamento de água e coleta de esgoto em Minas Gerais.

A deputada Elisa Costa (PT) conseguiu aprovar a realização de uma audiência pública no dia 26 de setembro, às 09h15, para debater o assunto.